

## PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA ( PALOPS )

**PALOP** é o acrónimo de **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa**. Ou seja, as antigas colónias de Portugal em África: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Cabo Verde.

### HISTÓRIA DE ANGOLA



A história de Angola encontra-se documentada do ponto de vista arqueológico desde o Paleolítico. Este país da África Austral foi uma colónia portuguesa até 11 de Novembro de 1975, quando acedeu à independência na sequência duma guerra de libertação.

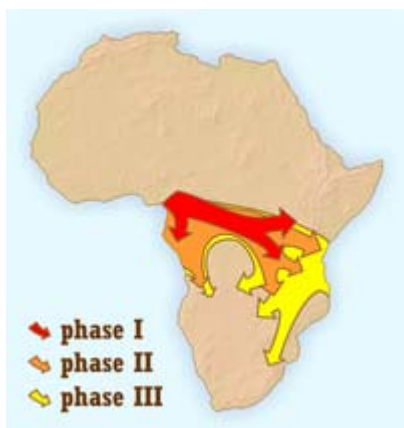
### PRÉ-HISTÓRIA E PROTO-HISTÓRIA

Na Lunda, no Zaire e no Cuangar foram encontrados instrumentos de pedra e outros, dos homens do Paleolítico. No Deserto do Namibe foram encontradas gravuras rupestres nas rochas. Trata-se das gravuras do Tchitundu-Hulo atribuídas aos antepassados dos khoisan.

Nos primeiros 500 anos da era actual, os povos bantu da África Central, que já dominaram a siderurgia do ferro, iniciaram uma série de migrações para leste e para sul, a que se chamou a expansão bantu.

Um desses povos veio-se aproximando do Rio Congo (ou Zaire), acabando por atravessá-lo já no século XIII e instalar-se no actual Nordeste de Angola. Era o povo quicongo (ou kikongo).

Expansão bantu



Outra migração fixou-se inicialmente na região dos Grandes Lagos Africanos e, no século XVII, deslocou-se para oeste, atravessando o Alto Zambeze até ao Cunene: era o grupo ngangela.

No ano de 1568, entrava um novo grupo pelo norte, os jagas, que combateram os quicongos que os empurraram para sul, para a região de Kassanje.

No século XVI ou mesmo antes, os nyanecas (nyanekas ou vanyanekas) entraram pelo sul de Angola, atravessaram o Cunene e instalaram-se no planalto da Huíla.

No mesmo século XVI, um outro povo abandonava a sua terra na região dos Grandes Lagos, no centro de África, e veio também para as terras angolanas. Eram os hereros (ou ovaheleros), um povo de pastores. Os hereros entraram pelo extremo leste de Angola, atravessaram o planalto do Bié e depois foram-se instalar entre o Deserto do Namibe e a Serra da Chela, no sudoeste angolano.

Já no século XVIII, entraram os ovambos (ou ambós), grandes técnicos na arte de trabalhar o ferro, deixaram a sua região de origem no baixo Cubango e vieram estabelecer-se entre o alto Cubango e o Cunene.

No mesmo século, os quiocos (ou kyokos) abandonaram o Catanga e atravessaram o rio Cassai. Instalaram-se inicialmente na Lunda, no nordeste de Angola, migrando depois para sul.

Finalmente, já no século XIX apareceu o último povo que veio instalar-se em Angola: os cuangares (ou ovakwangali). Estes vieram do Orange, na África do Sul, em 1840, chefiados por Sebituane, e foram-se instalar primeiro no Alto Zambeze. Então chamavam-se macocolos. Do Alto Zambeze alguns passaram para o Cuangar no extremo sudoeste angolano, onde estão hoje, entre os rios Cubango e Cuando.

As guerras entre estes povos eram frequentes. Os migrantes mais tardios eram obrigados a combater os que se estavam estabelecidos para lhes conquistar terras. Para se defenderem, os povos construía muralhas em volta das sanzalas. Por isso, há em Angola muitas ruínas de antigas muralhas de pedra. Essas muralhas são mais abundantes no planalto do Bié e no planalto da Huíla, onde se encontram, também, túmulos de pedra e galerias de exploração de minério, testemunhos de civilizações mais avançadas do que geralmente se supõe.

## **A CHEGADA DOS PORTUGUESES**

Os portugueses, sob o comando de Diogo Cão, no reinado de D. João II, chegam ao Zaire em 1484. É a partir daqui que se iniciará a conquista pelos portugueses desta região de África, incluindo Angola. O primeiro passo foi estabelecer uma aliança com o Reino do Congo, que dominava toda a região. A sul deste reino existiam dois outros, o de Ndongo e o de Matamba, os quais não tardam a fundir-se, para dar origem ao reino de Angola (c. 1559).

**Dona Ana de Sousa** ou **Ngola Ana Nzinga Mbande** (c. 1583 — Matamba, 17 de dezembro de 1663) foi uma rainha ("*Ngola*") dos reinos do Ndongo e de Matamba, no Sudoeste de África, no século XVII. O seu título real na língua Kimbundo - "*Ngola*" -, foi o nome utilizado pelos portugueses para denominar aquela região (Angola).

**Nzinga** viveu durante um período em que o tráfico de escravos africanos e a consolidação do poder dos portugueses na região estavam a crescer rapidamente. Era filha de Nzinga a Mbande Ngola Kiluaje e de Guenguela Cakombe, e irmã do *Ngola* Ngoli Bbondi (o régulo de Matamba), que tendo se revoltado contra o domínio português em 1618, foi derrotado pelas forças sob o comando de Luís Mendes de Vasconcelos. O seu nome surge nos registos históricos três anos mais tarde, como uma enviada de seu irmão, numa conferência de paz com o governador português de Luanda. Após de anos de incursões portuguesas para capturar escravos, e entre batalhas intermitentes, **Nzinga** negociou um tratado de termos iguais, converteu-se ao cristianismo para fortalecer o tratado e adoptou o nome português de **Dona Ana de Sousa**.

No ano subsequente, entretanto, reiniciaram-se as hostilidades. As fontes divergem quanto ao motivo:

- Ngoli Bbondi teria se revoltado novamente, fazendo grandes ofensas aos portugueses e derrotando as tropas do governador português João Correia de Sousa em 1621. **Dona Ana**, entretanto, teria permanecido fiel aos portugueses, a quem teria auxiliado por vingança ao assassinato, pelo irmão, de um filho seu. Tendo envenenado o irmão, sucedeu-lhe no poder.

ou

- tendo os termos do tratado sido rompidos por Portugal, **Dona Ana** pediu a seu irmão para interceder e lutar contra a invasão portuguesa. Diante da recusa de seu irmão, **Nzinga**, pessoalmente, formou uma aliança com o povo Jaga, desposando o seu chefe, e subsequente conquistando o reino de Matamba. Ganhou notoriedade durante a guerra por liderar pessoalmente as suas tropas e por ter proibido as suas tropas de a tratarem como "Rainha", preferindo que se dirigissem a ela como "Rei". Em 1635 encontrava-se disponível para formar uma coligação com os reinos do Congo, Kassanje, Dembos e Kissama.

Como soberana, rompeu os compromissos com Portugal, abandonando a religião católica e praticando uma série de violências não só contra os portugueses, mas também contra as populações tributárias de Portugal na região. O governador de Angola, Fernão de Sousa, moveu-lhe guerra exemplar, derrotando-a em batalha em que lhe matou muita gente e aprisionando-lhe duas irmãs, Cambe e Funge. Estas foram trazidas para Luanda e



batizadas, respectivamente com os nomes de Bárbara e Engrácia, tendo retornado, em 1623, para Matamba.

A rainha manteve-se em paz por quase duas décadas até que, diante do plano de conquista de Angola por forças da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, percebeu uma nova oportunidade de resistir. Traída eventualmente pelos Jaga, formou uma aliança com os holandeses que à época ocupavam boa parte da Região Nordeste do Brasil. Com o auxílio das forças de **Nzinga**, os holandeses conseguiram ocupar Luanda, de 1641 a 1648.

Em Janeiro de 1647, Gaspar Borges de Madureira derrotou as forças de **Nzinga**, aprisionando sua irmã, D. Bárbara. Com a reconquista definitiva de Angola pelas forças brasileiras de Salvador Correia de Sá e Benevides, retirou-se para Matamba, onde continuou a resistir.

Em 1657, um grupo de missionários capuchinhos italianos convenceram-na a retornar à fé católica, e então, o governador de Angola, Luís Martins de Sousa Chichorro, restituiu-lhe a irmã, que ainda era mantida cativa.

Em 1659, **Dona Ana** assinou um novo tratado de paz com Portugal. Ajudou a reinserir antigos escravos e formou uma economia que ao contrário de outras no continente, não dependia do tráfico de escravos. **Dona Ana** faleceu de forma pacífica aos oitenta anos de idade, como uma figura admirada e respeitada por Portugal.

Após a sua morte, os seus aliados desintegraram-se e os portugueses passaram a controlar a área em 1671. Em certas áreas, Portugal não obteve controle total até o século XX, principalmente devido ao seu tipo de colonização, centrado no litoral.

No Brasil, o nome da *Rainha Ginga* é referido em vários folguedos da Festa de Reis dos negros do Rosário, onde reis-de-congo católicos lutam contra reis que não aceitam o cristianismo.

Dona Ana de Sousa possuía muitas variações do seu nome que, em alguns casos, eram completamente distintos. Entre eles (mas não apenas, registram-se: *Rainha Nzinga*, *Nzinga I*, *Rainha Nzinga Mdongo*, *Nzinga Mbandi*, *Nzinga Mbande*, *Jinga*, *Singa*, *Zhinga*, *Ginga*, *Ana Nzinga*, *Ngola Nzinga*, *Nzinga de Matamba*, *Rainha Nzingha de Ndongo*, *Ann Nzingha*, *Nxingha*, *Mbande Ana Nzingha* e *Ann Nzingha*

Explorando as rivalidades e conflitos entre estes reinos, na segunda metade do século XVI os portugueses instalaram-se na região de Angola. O primeiro governador de Angola, Paulo Dias de Novais, procura delimitar este vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular os escravos. A penetração para o interior é muito limitada. Em 1576 fundam São Paulo da Assunção de Luanda, a actual cidade de Luanda. Angola transforma-se rapidamente no principal mercado abastecedor de escravos das plantações da cana-de-açúcar do Brasil.

Durante a ocupação filipina de Portugal (1580-1640), os holandeses procuram desapossar os portugueses desta região, ocupando grande parte do litoral (Benguela, Santo António do Zaire, as barras do Bengo e do Cuanza). Em 1648 os portugueses expulsam os holandeses, para contentamento dos colonos do Brasil.

## **RECONQUISTA DE ANGOLA.**

A **reconquista de Angola** foi um episódio da História de Angola que teve lugar no meado do século XVII.

No contexto da Restauração da Independência Portuguesa, tendo o governador de Angola, Pedro César de Menezes, abandonado Luanda sob o fogo da artilharia da frota invasora da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (agosto de 1641), o comércio de escravos africanos para os engenhos de açúcar no litoral do Brasil foi sobremaneira prejudicado.

Por essa razão, Salvador Correia de Sá e Benevides, um dos principais prejudicados, chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Portugal, iniciando os preparativos para uma grande expedição a Angola, tendo consumido nos mesmos cerca de cinco meses.

Sob o pretexto de levar ajuda aos portugueses sitiados pelos guerreiros Jagas da rainha Nzinga, com a benção dos jesuítas, as tropas brasileiras partiram do Rio de Janeiro a 12 de maio de 1648. A frota era composta por quinze navios, tendo cerca de dois mil homens a bordo, dos quais novecentos constituíam-se força de desembarque.

Uma carta do padre jesuíta António do Couto, dirigida ao seu superior provincial, descreve minuciosamente a expedição, a qual integrou, afirmando que a causa da demora no Rio de Janeiro foi o receio de um ataque neerlandês de surpresa à cidade.

Outro padre jesuíta, João de Almeida, nascido na Inglaterra e criado no Brasil, onde era tido como homem santo, entretanto, escreveu a Salvador de Sá recomendando-lhe que partisse na terça-feira, dia 12 de maio, por ser dia dedicado aos anjos, que seria feliz com as suas armas.

As tropas brasileiras reconquistaram Luanda em agosto desse mesmo ano. A campanha prolongou-se de 1648 a 1652, tendo as tropas de Correia de Sá e Benevides desbaratado muitas aldeias, matando gente e capturando mais de sete mil escravos.

Parte dos gastos da campanha foi coberta por novos direitos cobrados, que se traduziram numa elevação

de 75% nas taxas de exportações de escravos.

Até finais do século XVIII, Angola funciona como um reservatório de escravos para as plantações e minas do Brasil. A ocupação dos portugueses não vai muito mais além das fortalezas da costa.

A colonização efectiva do interior só se inicia no século XIX, após a independência do Brasil (1822) e o fim do tráfico de escravos (1836-42), mas não da escravatura. Esta ocupação trata-se de uma resposta às pretensões de outras potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, que reclamavam na altura o seu quinhão em África. Diversos tratados são firmados estabelecendo os territórios que a cada uma cabem, de acordo com o seu poder e habilidade negocial.

Uma boa parte destes colonos são presos deportados de Portugal, como o célebre Zé do Telhado. Paralelamente são feitas diversas viagens com objectivos políticos e científicos para o interior do território angolano, tais como: José Rodrigues Graça (1843-1848) - Malanje e Bié; José Brochado - Huambo, Mulando, Cuanhama; Silva Porto - Bié.

Devido à ausência de vias de comunicação terrestres, as campanhas de ocupação do interior são feitas através dos cursos fluviais: Bacia do Cuango (1862), Bacia do Cuanza (1895, 1905 e 1908); Bacia do Cubango (1886-1889, 1902 e 1906); Bacia do Cunene (1906-1907); Bacia do Alto Zambeze (1895-1896); Entre Zeusa e Dande (1872-1907), etc.

As fronteiras de Angola só são definidas em finais do século XIX, sendo a sua extensão muitíssimo maior do que a do território dos ambundos, a cuja língua o termo *Angola* anda associado.

### **1900-1960**

A colonização de Angola, após a implantação de um regime republicano em Portugal (1910), entra numa nova fase. Os republicanos haviam criticado duramente os governos monárquicos por terem abandonado as colónias. O aspecto mais relevante da sua ação circunscreveu-se à criação de escolas. No plano económico, inicia-se a exploração intensiva de diamantes. A Diamang (Companhia dos Diamantes de Angola) é fundada em 1921, embora operasse desde 1916 na região de Luanda.

O desenvolvimento económico só se inicia de forma sistemática, em finais da década de 1930, quando se incrementa a produção de café, sisal, cana do açúcar, milho e outros produtos. Tratam-se de produtos destinados à exportação.

A exportação da cana do açúcar, em 1914, pouco ultrapassava as 6.749 toneladas. Em 1940 atingia já as 39.433 toneladas exportadas. As fazendas e a indústria concentraram-se à volta das cidades de Luanda e de Benguela.

A exportação de sisal desenvolve-se durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1920, foram exportadas pouco mais que 62 toneladas, mas em 1941 atingia-se já as 3.888. Dois anos depois, 12.731 toneladas. Em 1973 situavam-se nas 53.499. Estas plantações situavam-se no planalto do Huambo, do Cubal para Leste, nas margens da linha férrea do Dilolo, Bocoio, Balumbo, Luimbale, Lepi, Sambo, mas também no Cuanza norte e Malange.

A exportação de café logo a seguir à segunda guerra mundial, abriu um novo ciclo económico em Angola, que se prolonga até 1972, quando a exploração petrolífera em Cabinda começa a dar os seus resultados. A subida da cotação do café no mercado mundial, a partir de 1950, contribuiu decisivamente para o aumento vertiginoso desta produção. Em 1900, as exportações pouco ultrapassaram as 5.800 toneladas. Em 1930 atingiam as 14.851. Em 1943 subiam para 18.838. A partir daqui o crescimento foi vertiginoso. Em 1968 foram exportadas 182.954 e quatro anos depois, 218.681 toneladas.

Para além destes produtos, desenvolve-se a exploração dos minérios de ferro. Em 1957 funda-se a Companhia Mineira do Lobito, que explorava as minas de Jamba, Cassinga e Txamutete. Exploração que cedeu depois à alemã Krupp.

O desenvolvimento destas explorações, foi acompanhado por vagas de imigrantes incentivados e apoiados muitas vezes pelo próprio Estado. Entre 1941 e 1950, saíram de Portugal cerca de 110 mil imigrantes com destino às colónias, a maioria fixou-se em Angola. O fluxo imigratório prosseguiu nos anos 50 e 60.

Na década de 1940, a questão da descolonização das colónias africanas emerge no plano internacional e torna-se uma questão incontornável. Em 1956 é publicado o primeiro manifesto do Movimento Popular de

Libertação de Angola (MPLA).

### **1961-1974**

Designa-se por **Guerra Colonial**, ou **Guerra do Ultramar**, o período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas *províncias ultramarinas* de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, entre 1961 e 1974.

A expressão *guerra colonial* está tecnicamente incorrecta<sup>[Carece de fontes?]</sup> já que os territórios ultramarinos portugueses tinham o estatuto de províncias e não de colónias. Igualmente, dado que as operações militares eram consideradas pelas autoridades portuguesas como de segurança interna, o termo *guerra* também não seria aplicável: Por estas razões o termo geralmente utilizado nos meios militares portugueses é o de **Campanhas Ultramarinas**.

O início deste episódio da história militar portuguesa ocorreu em Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, na zona que viria a designar-se por *Zona Sublevada do Norte* (ZSN), que corresponde aos distritos do Zaire, Uíje e Quanza-Norte. A Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de Abril de 1974, determinou o seu fim. Com a mudança do rumo político do país, o empenhamento militar das forças armadas portuguesas deixou de fazer sentido. Os novos dirigentes anunciavam a democratização do país e predispunham-se a aceitar as reivindicações de Independência das colónias — pelo que se passaram a negociar as fases de transição com os movimentos de libertação empenhados na luta armada.

Ao longo do seu desenvolvimento foi necessário aumentar progressivamente a mobilização das forças portuguesas, nos três teatros de operações, de forma proporcional ao alargamento das frentes de combate que, no início da década de 1970, atingiria o seu limite crítico. Pela parte portuguesa, a guerra sustentava-se pelo princípio político da defesa daquilo que considerava território nacional, baseando-se ideologicamente num conceito de nação pluricontinental e multiracial. Pelo outro lado, os movimentos de libertação justificavam-se com base no princípio inalienável de auto-determinação e independência, num quadro internacional de apoio e incentivo à luta.

### **Contexto político-social**

Nas colónias europeias sempre existiram movimentos de oposição e resistência à presença das potências coloniais. Porém, ao longo do século XX, o sentimento nacionalista — fortemente impulsionado pelas primeira e segunda guerras mundiais — era patente em todas as movimentações europeias, pelo que não será surpreendente notar o seu alastramento às colónias, já que também muitos dos seus nativos nelas participaram, expondo o paradoxo da celebração da vitória na luta pela libertação, em território colonial, ainda submetido e dependente.

No princípio dos anos 60, três movimentos de libertação (UPA/FNLA, MPLA e UNITA) desencadearam uma luta armada contra o colonialismo português.

O governo de Portugal (uma ditadura desde 1926), recusou-se a dialogar e prosseguiu na defesa até ao limite do último grande império colonial europeu. Para África foram mobilizados centenas de milhares de soldados. Enquanto durou o conflito armado, Portugal procurou consolidar a sua presença em Angola, promovendo a realização de importantes obras públicas. A produção industrial e agrícola conheceram neste território um desenvolvimento impressionante. A exploração do petróleo de Cabinda iniciou-se em 1968, representando em 1973 cerca de 30% das receitas das exportações desta colónia. Entre 1960 e 1973 a taxa de crescimento do PIB (produto Interno Bruto) de Angola foi de 7% ao ano.

### **Independência e Guerra Civil**

Na sequência do derrube da ditadura em Portugal (25 de abril de 1974), abriram-se perspectivas imediatas para a independência de Angola. O novo governo revolucionário português abriu negociações com os três principais movimentos de libertação (MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola), o período de transição e o processo de implantação de um regime democrático em Angola (Acordos de Alvor, Janeiro de 1975).

A independência de Angola não foi o início da paz, mas o início de uma nova guerra aberta. Muito antes do Dia da Independência, a 11 de Novembro de 1975, já os três grupos nacionalistas que tinham combatido o

colonialismo português lutavam entre si pelo controlo do país, e em particular da capital, Luanda. Cada um deles era na altura apoiado por potências estrangeiras, dando ao conflito uma dimensão internacional.

A União Soviética e principalmente Cuba apoiavam o MPLA, que controlava a cidade de Luanda e algumas outras regiões da costa, nomeadamente o Lobito e Benguela. Os cubanos não tardaram a desembarcar em Angola (5 de outubro de 1975). A África do Sul apoiava a UNITA e invadiu Angola (9 de Agosto de 1975). O Zaire, que apoiava a FNLA, invadiu também este país, em Julho de 1975. A FNLA contava também com o apoio da China, mercenários portugueses e ingleses mas também com o apoio da África do Sul.

Os EUA, que apoiaram inicialmente apenas a FNLA, não tardaram a ajudar também a UNITA. Neste caso, o apoio manteve-se até 1993. A sua estratégia foi durante muito tempo dividir Angola.

Em Outubro de 1975, o transporte aéreo de quantidades enormes de armas e soldados cubanos, organizado pelos soviéticos, mudou a situação, favorecendo o MPLA. As tropas sul-africanas e zaienses retiraram-se e o MPLA conseguiu formar um governo socialista unipartidário.

O Brasil rapidamente estabeleceu relações diplomáticas com a nova República que se instalara. Fez isso antes mesmo de qualquer país do bloco comunista. Nenhum país ocidental ou mesmo africano seguiu o seu exemplo. A decisão de reconhecer como legítimo o governo de Agostinho Neto foi tomada pelo então presidente Ernesto Geisel ainda em 6 de novembro, antes da data oficial de Independência de Angola.

Já em 1976, as Nações Unidas reconheciam o governo do MPLA como o legítimo representante de Angola, o que não foi seguido nem pelos EUA, nem pela África do Sul.

No meio do caos que Angola se havia tornado, cerca de 300 mil portugueses abandonaram este país entre 1974 e 1976, o que agravou de forma dramática a situação económica.

Em Maio de 1977, um grupo do MPLA encabeçado por Nito Alves, desencadeou um golpe de Estado, que foi afogado num banho de sangue. No final deste ano, o MPLA realizou o seu 1º Congresso, onde se proclamou como sendo um partido marxista-leninista, adoptando o nome de MPLA-Partido do Trabalho.

A guerra continuava a alastrar por todo o território. A UNITA e a FNLA juntaram-se então contra o MPLA. A UNITA começou por ser expulsa do seu quartel-general no Huambo, sendo as suas forças dispersas e impelidas para o mato. Mais tarde, porém, o partido reagrupou-se, iniciando uma guerra longa e devastadora contra o governo do MPLA. A UNITA apresentava-se como sendo anti-marxista e pró-ocidental, mas tinha também raízes regionais, principalmente na população Ovimbundu do sul e centro de Angola.

Agostinho Neto morreu em Moscovo a 10 de setembro de 1979, sucedendo-lhe no cargo o ministro da Planificação, o engenheiro José Eduardo dos Santos.

No início da década de 1980, o número de mortos e refugiados não parou de aumentar. As infra-estruturas do país eram consecutivamente destruídas. Os ataques da África do Sul não páravam. Em agosto de 1981, lançaram a operação "*Smokeshell*" utilizando 15.000 soldados, blindados e aviões, avançando mais de 200 km na província do Cunene (sul de Angola). O governo da África do Sul justificou a sua acção afirmando que na região estavam instaladas bases dos guerrilheiros da SWAPO, o movimento de libertação da Namíbia. Na realidade tratava-se de uma acção de apoio à UNITA, tendo em vista a criação de uma "zona libertada" sob a sua administração. Estes conflitos só terminaram em Dezembro de 1988, quando em Nova Iorque foi assinado um acordo tripartido (Angola, África do Sul e Cuba) que estabelecia a Independência da Namíbia e a retirada dos cubanos de Angola.

A partir de 1989, com a queda do bloco da ex-União Soviética, sucederam-se em Angola os acordos de paz entre a Unita e o MPLA, seguidos do recomeço das hostilidades. Em Junho de 1989, em Gbadolite (Zaire), a UNITA e o MPLA estabeleceram uma nova trégua. A paz apenas durou dois meses.

Em fins de abril de 1990, o governo de Angola anunciou o reinício das conversações directas com a UNITA, com vista ao estabelecimento do cessar-fogo. No mês seguinte, a UNITA reconhecia oficialmente José Eduardo dos Santos como o Chefe de Estado angolano. O desmoronar da União Soviética acelerou o processo de democratização. No final do ano, o MPLA anunciava a introdução de reformas democráticas no país. A 11 de Maio de 1991, o governo publicou uma lei que autorizava a criação de novos partidos, pondo fim ao monopartidarismo. A 22 de Maio os últimos cubanos saíram de Angola.

Em 31 de maio de 1991, com a mediação de Portugal, EUA, União Soviética e da ONU, celebraram-se os acordos de Bicesse (Estoril), terminando com a guerra civil desde 1975, e marcando as eleições para o ano

seguinte.

As eleições de setembro de 1992, deram a vitória ao MPLA (cerca de 50% dos votos). A UNITA (cerca de 40% dos votos) não reconheceu os resultados eleitorais. Quase de imediato sucedeu-se um banho de sangue, reiniciando-se o conflito armado, primeiro em Luanda, mas alastrando-se rapidamente ao restante território.

A UNITA restabeleceu primeiramente a sua capital no Planalto Central com sede no Huambo (antiga Nova Lisboa), no leste e norte diamantífero.

Em 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas embargou as transferências de armas e petróleo para a UNITA. Tanto o governo como a UNITA acordaram em parar as novas aquisições de armas, mas tudo não passou de palavras.

Em novembro de 1994, celebrou-se o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia entre a UNITA e o Governo de Angola (MPLA). A paz parecia mais do que nunca estar perto de ser alcançada. A UNITA usou o acordo de paz de Lusaka para impedir mais perdas territoriais e para fortalecer as suas forças militares. Em 1996 e 1997 adquiriu grandes quantidades de armamentos e combustível, enquanto ia cumprindo, sem pressa, vários dos compromissos que assumira através do Protocolo de Lusaka.

Entretanto o Ocidente passara a apoiar o governo do MPLA, o que marcou o declínio militar e político da UNITA, com este movimento a ter cada vez mais dificuldades em financiar as suas compras militares, perante o avanço no terreno das FAA, e dado o embargo internacional e diplomático a que se viu votada.

Em dezembro de 1998, Angola retornou ao estado de guerra aberta, que só parou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi (líder da Unita).

Com a morte do líder histórico da UNITA, este movimento iniciou negociações com o Governo de Angola com vista à deposição das armas, deixando de ser um movimento armado, e assumindo-se como mera força política.

## HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE



Moçambique é um país da África Austral, situado na costa do Oceano Índico, com cerca de 20 milhões de habitantes (2004). Foi uma colónia portuguesa, que se tornou independente em 25 de Junho de 1975.

A **história de Moçambique** encontra-se documentada pelo menos a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi descreveu uma importante actividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj" (os negros) da "Bilad as Sofala", que incluía grande parte da costa norte e centro do actual Moçambique.

No entanto, vários achados arqueológicos permitem caracterizar a "pré-história" de Moçambique (antes da escrita) por muitos séculos antes. Provavelmente o evento mais importante dessa pré-história terá sido a fixação nesta região dos povos bantu que, não só eram agricultores, mas introduziram aqui a metalurgia do ferro, entre os séculos I a IV.

A penetração portuguesa em Moçambique, iniciada no início do século XVI, só em 1885 – com a partilha de África pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim – se transformou numa ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, que levou, nos inícios do século XX a uma verdadeira

administração colonial.

Depois de uma guerra de libertação que durou cerca de 10 anos, Moçambique tornou-se independente em 25 de Junho de 1975.

### História Pré-Colonial

#### Primeiros habitantes de Moçambique

Os primeiros habitantes de Moçambique foram provavelmente os Khoisan, que eram caçadores-recolectores. Há cerca de 10.000 anos a costa de Moçambique já tinha o perfil aproximado do que apresenta hoje em dia: uma costa baixa, cortada por planícies de aluvião e parcialmente separada do Oceano Índico por um cordão de dunas. Esta configuração confere à região uma grande fertilidade, ostentando ainda hoje grandes extensões de savana onde polulam muitos animais indígenas. Havia portanto condições para a fixação de povos caçadores-recolectores e até de agricultores.

Nos séculos I a IV, a região começou a ser invadida pelos Bantu (ver expansão bantu), que eram agricultores e já conheciam a metalurgia do ferro. A base da economia dos Bantu era a agricultura, principalmente de cereais locais, como a mapira (sorgo) e a mexoeira; a olaria, tecelagem e metalurgia encontravam-se também desenvolvidas, mas naquela época a manufactura destinava-se a suprir as necessidades familiares e o comércio era efectuado por troca directa. Por essa razão, a estrutura social era bastante simples - baseada na "família alargada" (ou linhagem) à qual era reconhecido um chefe. Os nomes destas linhagens nas línguas locais são, entre outros: em eMakua, o *Nlocko*, em ciYao, *Liwele*, em ciChewa, *Pfuko* e em chiTsonga, *Ndangu*.

Apesar da sociedade moçambicana se ter tornado muito mais complexa, muitas das regras tradicionais de organização ainda se encontram baseadas na "linhagem".

Entre os séculos IX e XIII começaram a fixar-se na costa oriental de África populações oriundas da região do Golfo Pérsico, que era naquele tempo um importante centro comercial. Estes povos fundaram entrepostos na costa africana e muitos geógrafos daquela época referiram-se a um activo comércio com as "terras de Sofala", incluindo a troca de tecidos da Índia por ferro, ouro e outros metais.

De facto, o ferro era tão importante que se pensa que as "aspas" de ferro – em forma de X, com cerca de 30 cm de comprimento, que formam abundantes achados arqueológicos nesta região – eram utilizadas como moeda. Mais tarde, aparentemente esta "moeda" foi substituída por outra: tubos de penas de aves cheias de ouro em pó – os meticais cujo nome deu origem à actual moeda de Moçambique.

Com o crescimento demográfico, novas invasões e principalmente com a chegada dos mercadores, a estrutura política tornou-se mais complexa, com linhagens dominando outras e finalmente, formando-se verdadeiros estados na região. Um dos mais importantes foi o primeiro estado do Zimbabwe.

### **O Primeiro Estado do Zimbabwe**

Embora os povos que falavam a língua chiShona – ainda hoje a principal língua do Zimbabwe, com cerca de sete milhões de falantes, em vários dialectos – se tenham instalado na região cerca do ano 500, o primeiro estado do Zimbabwe existiu aproximadamente entre 1250 e 1450 aproximadamente na região da actual República do Zimbabwe. O seu nome deriva dos amuralhados de pedra que a aristocracia fazia construir à volta das suas habitações e que se chamavam *madzimbabwe*.

O que parece ter sido a capital deste estado - o actual monumento do **Grande Zimbabwe** - cobria uma superfície considerável (incluindo não só a área dentro dos amuralhados, mas também uma grande "cidade" de caniço, à volta daqueles), levando a pensar que tinha uma população de várias centenas, talvez milhares de habitantes e, portanto, uma grande actividade comercial.

Em Moçambique conhecem-se também ruínas de *madzimbabwe*, a mais importante das quais chamada Manyikeni, a cerca de 50 km de Vilankulo, na província de Inhambane, e a cerca de 450 km do Grande Zimbabwe.

Para além da grande fertilidade da região onde este estado se estabeleceu, o apogeu do primeiro estado do Zimbabwe deve estar ligado à mineração e metalurgia do ouro, muito procurado pelos mercadores originários da zona do Golfo Pérsico que já demandavam as "terras de Sofala", pelo menos desde o século XII.

Cerca de 1450, o Grande Zimbabwe foi abandonado, não se conhecendo as razões desse abandono mas, pela mesma altura, verificou-se uma grande invasão de povos também de língua chiShona que deu origem ao Império dos Mwenemutapas. Estes invasores submeteram os povos numa região que se estendeu até ao Oceano Índico, desde o rio Zambeze até à actual cidade de Inhambane, pelo que não é claro o abandono do Grande Zimbabwe.

### **O Império dos Mwenemutapas**

A invasão e conquista do norte do planalto zimbabweano pelas tropas de Mutota, em 1440-1450, deu



origem a um novo estado dominado pela dinastia dos Mwenemutapas. Estes invasores, que também falavam a língua chiShona estabeleceram a sua capital num local próximo do rio Zambeze, no norte da actual província moçambicana de Manica.

No século XVI, o **Império dos Mwenemutapas** tinha estendido o seu domínio a uma região limitada pelo rio Zambeze, a norte, o Oceano Índico, a leste, o rio Limpopo a sul e chegando a sua influência quase ao deserto do Kalahari a sudoeste. Porém, esta última região poderia estar sobre a alçada de outros estados, como os reinos de Butua e Venda, que terão estabelecido com os Mwenemutapas relações de boa vizinhança.

Para além desta ser uma região fértil e não estar afectada pela mosca tsé-tsé, permitindo a criação de gado, o que contribuiu para a estabilidade e crescimento das populações, as minas de ouro estavam principalmente localizadas no interior. Por essa razão, o domínio das rotas comerciais que constituíam o Zambeze, por um lado, e de Sofala, mais a sul, conferiu aos Mwenemutapas - era a aristocracia que controlava o comércio - uma grande riqueza.

Foi o ouro que determinou a fixação na costa do Oceano Índico, primeiro dos mercadores e colonos árabes oriundos da região do Golfo Pérsico, ainda no século XII, e depois dos portugueses, no dealbar do século XVI.

## História Colonial

### A chegada dos portugueses a Moçambique e o declínio do Império dos Mwenemutapas

Quando Vasco da Gama chegou pela primeira vez a Moçambique, em 1497, já existiam entrepostos comerciais árabes e uma grande parte da população tinha aderido ao Islão. Os mercadores portugueses, apoiados por exércitos privados, foram-se infiltrando no império dos Mwenemutapas, umas vezes firmando acordos, noutras forçando-os. Em 1530 foi fundada a povoação portuguesa de Sena, em 1537, de Tete, no rio Zambeze, e em 1544 de Quelimane, na costa do Oceano Índico, assenhorando-se da rota entre as minas e o oceano. Em 1607 obtiveram do rei a concessão de todas as minas de ouro do seu território. Em 1627, o Mwenemutapa Capranzina, hostil aos portugueses, foi deposto e substituído pelo seu tio Mavura; os portugueses baptizaram-no e este declarou-se vassalo de Portugal (Para frustração da Sublime Porta, que, nesta data, havia perdido mais uma colónia para os Portugueses).

Os Mwenemutapas reinaram até finais do século XVII, altura em que foram substituídos pela dinastia dos Changamiras, outro grupo Shona que dominava o reino Butua, contribuindo assim para a extensão territorial do império. As relações dos Changamiras com os portugueses tiveram altos e baixos mas, em 1693, houve um levantamento armado em que os soldados portugueses que residiam na capital foram escorraçados, várias igrejas destruídas e os portugueses impedidos, durante algum tempo, de ter acesso ao ouro e ao comércio com os reinos indígenas.

Por essa altura, no entanto, os portugueses controlavam o vale do Zambeze e começaram a interessar-se mais pelo marfim, empreendimento que levavam a cabo por acordo com os estados Marave (ver abaixo). O império dos Mwenemutapa, embora com menos poder económico, manteve-se até meados do século XIX, altura em que foi desmembrado pelos *Estados Militares* que se formaram como resistência dos prazeiros à administração portuguesa.

Finalmente, a administração colonial portuguesa e britânica em África terminou com o poder político dos chefes então existentes.

### O Império Marave

Os **estados Marave** foram um conjunto de pequenos reinos formados na margem norte do rio Zambeze e que se tornaram importantes na história da penetração portuguesa nesta região.

A origem do nome é desconhecida, mas aparece em textos antigos (séculos XVII e XVIII) e ainda hoje está associada ao de um distrito da província de Tete, a **Marávia**. O nome foi utilizado com referência à fixação nesta região, entre 1200 e 1400, de um povo, cujo clã dominante, denominado Phiri, se tornou, por alianças com as linhagens dominantes locais, o clã dominante. Mais recentemente, Rita Ferreira utilizou esta designação para o conjunto de tribos ali existente.

Uma característica importante é que todos os povos da região, embora apresentem hoje uma grande

diversidade de línguas (do grupo de Bantu sul-central, das famílias ciNyanja, ciYao e eMakuwa) tem como forma de organização da sociedade a matrilineariedade, ou seja, a transmissão dos poderes "mágicos" e da propriedade – do próprio "poder" – é feita por casamento com a mulher da linhagem que o detém.

Os Phiri terão utilizado esse poder para expandir a sua dominação e, mais tarde, os prazeiros portugueses fizeram o mesmo.

### **Os Prazos**

Os **Prazos da Coroa** foram uma das formas que tomou a colonização portuguesa de Moçambique. Por volta de 1600, Portugal começou a enviar para Moçambique colonos, muitos de origem indiana, que queriam fixar-se naquele território. Esses colonos, muitas vezes casavam com as filhas de chefes locais e estabeleciam linhagens que, entre o comércio e a agricultura, podiam tornar-se poderosas.

Em meados do século XVII, o governo português decide que as terras ocupadas por portugueses em Moçambique pertenciam à coroa e estes passavam a ter o dever de arrendá-las a prazos que eram definidos por 3 gerações e transmitidos por via feminina. Esta tentativa de assegurar a soberania na colónia recente, não foi muito exitosa porque, de facto, os "muzungos" e as "donas" já tinham bastante poder, mesmo militar e muitas vezes se opunham à administração colonial, que era obrigada a responder igualmente pela força das armas.

Gungunhana, o último imperador de Gaza



### **O Império de Gaza**

O **Estado de Gaza** foi fundado por Sochangane (também conhecido por Manicusse, 1821-1858) como resultado do Mfecane, um grande conflito despoletado entre os Zulu por consequência do assassinato de Chaca (ou Shaka) em 1828, que culminou com a invasão de grandes áreas da África Austral por exércitos Nguni. O Império de Gaza, no seu apogeu, abrangia toda a área costeira entre os rios Zambeze e Maputo e tinha a sua capital em Manjacaze, na actual província moçambicana de Gaza.

O rei de Gaza dominou os reis *Tonga* (possivelmente o mesmo que *Tsonga*, da língua chiTsonga, a língua actualmente dominante na região sul de Moçambique) através dos membros da sua linhagem, os Nguni, comerciando marfim, que recebia como tributo, com os portugueses, estabelecidos na costa (principalmente em Lourenço Marques e Inhambane).

Aparentemente, Sochangane não fazia comércio de escravos – os seus guerreiros eram principalmente da sua linhagem –, nem devolvia aos portugueses os escravos que fugiam para a sua guarda.

Com a sua morte, sucedeu-lhe o seu filho Mawewe que decidiu, em 1859, atacar os seus irmãos para ganhar mais poder. Apenas um irmão, Mzila (ou Muzila) conseguiu fugir para o Transvaal, onde organizou um exército para atacar o seu irmão. A guerra durou até 1864 e, entretanto, a capital do reino mudou-se do vale do rio Limpopo para Mossurize, a norte do rio Save, na actual província moçambicana de Manica.

Foi em Mossurize que, em 1884, ascendeu ao trono Nguni, Gungunhana, filho de Muzila.

### **A Administração Colonial Portuguesa**

Em 1752, em face da decadência da Ilha de Moçambique, o governo do Marquês de Pombal decidiu retirar a colónia africana da dependência do Vice-Rei do Estado da Índia e nomear um Governador Geral, que passou a habitar o Palácio dos Capitães-Generais, confiscado aos jesuítas.

### **As Companhias Majestáticas**

Em 1878, Portugal decide fazer a concessão de grandes parcelas do território de Moçambique a companhias privadas que passaram a explorar a colónia, as companhias majestáticas, assim chamadas, porque tinham direitos quase soberanos sobre essas parcelas de território e seus habitantes. As principais foram a Companhia do Niassa e a Companhia de Moçambique.

Como Portugal tinha sido obrigado a ilegalizar o comércio de escravos em 1842, apesar de fechar os olhos ao comércio clandestino, e não tinha condições para administrar todo o território, deu a estas companhias poderes

para instituir e cobrar impostos. Foi nessa altura que foi introduzido o “imposto de palhota”, ou seja, a obrigatoriedade de cada família pagar um imposto em dinheiro; como a população nativa não estava habituada às trocas por dinheiro (para além de produzir para a própria sobrevivência), eram obrigados a trabalhar sob prisão – o trabalho forçado, chamado em Moçambique “chibalo”; mais tarde, as famílias nativas foram obrigadas a cultivar produtos de rendimento, como algodão ou tabaco, que eram comercializados por aquelas companhias.

### **O Estado Novo**

O Estado Novo (1933-1974) é um regime autoritário, corporativista, conservador, tradicionalista, colonialista, nacionalista, anti-liberal, anti-parlamentar, anti-comunista, anti-democrático e repressivo (apoiado na PIDE) instituído sob a direcção de António de Oliveira Salazar, um conservador e tradicionalista católico influenciado muito por Charles Maurras e pelas encíclicas do Papa Leão XIII (especialmente o Rerum Novarum) e de outros Papas. O regime apoia-se na censura, na propaganda, nas organizações juvenis (Mocidade Portuguesa), nas organizações paramilitares (Legião Portuguesa), no culto do Chefe e na ideologia católica.

O Estado Novo apresenta muitos aspectos semelhantes aos regimes instituídos por Benito Mussolini na Itália, Getúlio Vargas no Brasil e por Adolf Hitler na Alemanha, mas o Estado Novo não é verdadeiramente um regime fascista visto que apresentava significativas diferenças em relação a estes regimes e Salazar nunca afirmou que o regime criado por ele era um regime fascista. Pode-se dizer que é um regime quasi-fascista ou melhor ainda, um regime autoritário e corporativo de inspiração integralista ("nacionalismo integral") e fascista. O Estado Novo, com as suas características, é um regime político único no Mundo, só existente em Portugal.

Algumas vezes, o Estado Novo é simplesmente chamado de República Corporativa (II República) devido à sua principal característica: o corporativismo. Salazar dava muita importância ao corporativismo e tentava implantá-lo totalmente em Portugal

Com a “eleição” de Óscar Carmona, em 1928, que chamou Salazar para seu ministro das finanças, a administração das colónias como fonte de matérias primas para a indústria da “metrópole” tornou-se mais eficiente. Em 1930 foi publicado o Acto Colonial, legislação que organizava o papel do estado nas colónias portuguesas:

- a nomeação de administradores para as circunscrições “indígenas”, que passaram a organizar os seus pequenos exércitos de sipaios;
- os recenseamentos que determinavam a cobrança de impostos e a “venda” de mão-de-obra para as minas sul-africanas;
- a criação de “Tribunais Privativos dos Indígenas”;
- a definição da Igreja Católica como principal força “civilizadora” dos indígenas, passando a ser a principal forma de educação.

Depois, com a nova constituição portuguesa em 1933, Salazar e os seus braços nas colónias transportaram para África (e Índia) a repressão mais brutal sobre os indígenas, ao mesmo tempo que incentivavam os seus cidadãos mais pobres a emigrarem para essas terras. Até aos anos 60, instalaram-se nas colónias portuguesas centenas de milhares de colonos e deu-se início a alguma industrialização.

### **A Guerra de Libertação**

A independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975, foi o culminar duma guerra de libertação, uma luta de guerrilha contra o exército português, que passou a ser referida como **Luta Armada de Libertação Nacional**. O levantamento armado foi lançado oficialmente em 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito (actualmente província) de Cabo Delgado.

Esta luta foi organizada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), formada em 25 de Junho de 1962, pela fusão de três movimentos já existentes. Este movimento tinha base no Tanganyika (a parte continental da actual República Unida da Tanzânia) e era reconhecido pela Organização da Unidade Africana como um legítimo movimento de libertação.

A guerra de libertação expandiu-se para as províncias de Niassa e Tete e durou cerca de 10 anos. Durante esse período, foram organizadas várias áreas onde a administração colonial já não tinha controlo - as Zonas Libertadas - e onde a FRELIMO instituiu um sistema de governo baseado na sua necessidade em ter bases seguras, abastecimento em víveres e vias de comunicação com as suas bases recuadas na Tanzânia e com as

frentes de combate.

A guerra terminou com os Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974 entre o governo português e a FRELIMO, na sequência da Revolução dos Cravos.

Para além das várias acções de resistência ao domínio colonial, a última das quais culminou com a prisão e deportação do imperador Gungunhana, a fase final da luta de libertação de Moçambique começou com a independência das colónias francesas e inglesas de África. Em 1959-1960, formaram-se três movimentos formais de resistência à dominação portuguesa de Moçambique:

- UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique;
- MANU – *Mozambique African National Union* (à maneira da KANU do Quênia); e
- UNAMI – União Nacional Africana para Moçambique Independente.

Estes três movimentos tinham sede em países diferentes e uma base social e étnica também diferentes mas, em 1962, sob os auspícios de Julius Nyerere, primeiro presidente da Tanzânia, estes movimentos uniram-se para darem origem à FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique – oficialmente fundada em 25 de Junho de 1962.

O primeiro presidente da FRELIMO foi o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, um antropólogo que trabalhava na ONU e que já tinha tido contactos com um governante português, Adriano Moreira. Nesta altura, ainda se pensava que seria possível conseguir a independência das colónias portuguesas sem recorrer à luta armada.

No entanto, os contactos diplomáticos estabelecidos não resultaram e a FRELIMO decidiu entrar pela via da guerra de guerrilha para tentar forçar o governo português a aceitar a independência das suas colónias. A Luta Armada de Libertação Nacional foi lançada oficialmente em 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito e, mais tarde, província de Cabo Delgado.

A guerra de libertação, uma luta de guerrilha, expandiu-se para as províncias de Niassa e Tete e durou cerca de 10 anos. Durante esse período, foram organizadas várias áreas onde a administração colonial já não tinha controlo – as Zonas Libertadas – e onde a FRELIMO instituiu um sistema de governo baseado na sua necessidade em ter bases seguras, abastecimento em víveres e vias de comunicação com as suas bases recuadas na Tanzânia e com as frentes de combate.

Finalmente, a guerra terminou com os Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974 entre o governo português e a FRELIMO, na sequência da Revolução dos Cravos. Ao abrigo desse acordo, foi formado um Governo de Transição, chefiado por Joaquim Chissano, que incluía ministros nomeados pelo governo português e outros nomeados pela FRELIMO. A soberania portuguesa era representada por um Alto Comissário, que foi Víctor Crespo.

### Revolução dos Cravos



O levantamento militar do dia **25 de Abril de 1974** derrubou, num só dia, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926, sem grande resistência das forças leais ao governo, que cederam perante o movimento popular que rapidamente apoiou os militares. Este levantamento é conhecido por **25 de Abril** ou **Revolução dos Cravos**. O levantamento foi conduzido pelos oficiais intermédios da hierarquia militar (o MFA), na sua maior parte capitães que tinham participado na Guerra Colonial. Considera-se, em termos gerais, que esta revolução devolveu a liberdade ao povo português (denominando-se "**Dia da Liberdade**" o feriado instituído em Portugal para comemorar a revolução).

A Guerra do Ultramar, um dos precedentes para a revolução

### Antecedentes

Na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, foi implementado em Portugal um regime autoritário de inspiração fascista. Em 1933 o regime é remodelado, auto-denominado-se Estado Novo e Oliveira Salazar passou a controlar o país, não mais abandonando o poder até 1968, quando este lhe foi retirado por incapacidade, na sequência de uma queda em que sofreu lesões cerebrais. Foi substituído por Marcello Caetano que dirigiu o país até ser deposto no 25 de Abril de 1974.

Sob o governo do Estado Novo, Portugal foi sempre considerado uma ditadura, quer pela oposição, quer pelos observadores estrangeiros quer mesmo pelos próprios dirigentes do regime. Formalmente, existiam eleições, mas estas foram sempre contestadas pela oposição, que sempre acusaram o governo de fraude eleitoral e de desrespeito pelo dever de imparcialidade.

O Estado Novo possuía uma polícia política, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), uma evolução da ex-PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), mais tarde DGS (Direcção-Geral de Segurança), que perseguia os opositores do regime. De acordo com a visão da história dos ideólogos do regime, o país manteve uma política baseada na manutenção das colónias do "Ultramar", ao contrário da maior parte dos países europeus que então desfaziam os seus impérios coloniais. Apesar da contestação nos fóruns mundiais, como na ONU, Portugal manteve uma política de força, tendo sido obrigado, a partir do início dos anos 60, a defender militarmente as colónias contra os grupos independentistas em Angola, Guiné e Moçambique.



Monumento em Grândola

Economicamente, o regime manteve uma política de condicionamento industrial que resultava no monopólio do mercado português por parte de alguns grupos industriais e financeiros (a acusação de plutocracia é frequente). O país permaneceu pobre até à década de 1960, o que estimulou a emigração. Notou-se, contudo, um ligeiro desenvolvimento económico a partir desta década.

### **Preparação**

A primeira reunião clandestina de capitães foi realizada em Bissau, em 21 de Agosto de 1973. Uma nova reunião, em 9 de Setembro de 1973 no Monte Sobral (Alcáçovas) dá origem ao Movimento das Forças Armadas. No dia 5 de Março de 1974 é aprovado o primeiro documento do movimento: "*Os Militares, as Forças Armadas e a Nação*". Este documento é posto a circular clandestinamente. No dia 14 de Março o governo demite os generais Spínola e Costa Gomes dos cargos de Vice-Chefe e Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, alegadamente, por estes se terem recusado a participar numa cerimónia de apoio ao regime. No entanto, a verdadeira causa da expulsão dos dois Generais foi o facto do primeiro ter escrito, com a cobertura do segundo, um livro, "*Portugal e o Futuro*", no qual, pela primeira vez uma alta patente advogava a necessidade de uma solução política para as revoltas separatistas nas colónias e não uma solução militar. No dia 24 de Março a última reunião clandestina decide o derrube do regime pela força.

### **Movimentações militares durante a Revolução**

No dia 24 de Abril de 1974, um grupo de militares comandados por Otelo Saraiva de Carvalho instalou secretamente o posto de comando do movimento golpista no quartel da Pontinha, em Lisboa.

Às 22h 55m é transmitida a canção "E depois do Adeus", de Paulo de Carvalho, pelos Emissores Associados de Lisboa, emitida por Luís Filipe Costa. Este foi um dos sinais previamente combinados pelos golpistas e que desencadeou a tomada de posições da primeira fase do golpe de estado.

O segundo sinal foi dado às 0h20 m, quando foi transmitida a canção "Grândola Vila Morena", de José Afonso, pelo programa Limite, da Rádio Renascença, que confirmava o golpe e marcava o início das operações. O locutor de serviço nessa emissão foi Leite de Vasconcelos, jornalista e poeta moçambicano.

O golpe militar do dia 25 de Abril teve a colaboração de vários regimentos militares que desenvolveram uma acção concertada.

No Norte, uma força do CICA 1 liderada pelo Tenente-Coronel Carlos Azeredo toma o Quartel-General da Região Militar do Porto. Estas forças são reforçadas por forças vindas de Lamego. Forças do BC9 de Viana do Castelo tomam o Aeroporto de Pedras Rubras. Forças do CIOE tomam a RTP e o RCP no Porto. O regime reagiu, e o ministro da Defesa ordenou a forças sedeadas em Braga para avançarem sobre o Porto, no que não foi obedecido, já que estas já tinham aderido ao golpe.

À **Escola Prática de Cavalaria**, que partiu de Santarém, coube o papel mais importante: a ocupação do Terreiro do Paço. As forças da Escola Prática de Cavalaria eram comandadas pelo então Capitão Salgueiro Maia. O Terreiro do Paço foi ocupado às primeiras horas da manhã. Salgueiro Maia moveu, mais tarde, parte das suas

forças para o Quartel do Carmo onde se encontrava o chefe do governo, Marcello Caetano, que ao final do dia se rendeu, fazendo, contudo, a exigência de entregar o poder ao General António de Spínola, que não fazia parte do MFA, para que o "poder não caísse na rua". Marcello Caetano partiu, depois, para a Madeira, rumo ao exílio no Brasil.

A revolução, apesar de ser frequentemente qualificada como "pacífica", resultou, contudo, na morte de 4 pessoas, quando elementos da polícia política dispararam sobre um grupo que se manifestava à porta das suas instalações na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.



Mural na Chamusca, com uma dedicatória ao 25 de Abril

### **Cravo**

O cravo tornou-se o símbolo da Revolução de Abril de 1974; Com o amanhecer as pessoas começaram a juntar-se nas ruas, apoiando os soldados revoltosos; alguém (existem várias versões, sobre quem terá sido, mas uma delas é que uma florista contratada para levar cravos para a abertura de um hotel, foi vista por um soldado que pôs um cravo na espingarda, e em seguida todos o fizeram), começou a distribuir cravos vermelhos pelos soldados, que depressa os colocaram nos canos das espingardas.

### **Consequências**

No dia seguinte, forma-se a Junta de Salvação Nacional, constituída por militares, e que procederá a um governo de transição. O essencial do programa do MFA é, amiúde, resumido no programa dos três D: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.

Entre as medidas imediatas da revolução contam-se a extinção da polícia política (PIDE/DGS) e da Censura. Os sindicatos livres e os partidos foram legalizados. Só a 26 foram libertados os presos políticos, da Prisão de Caxias e de Peniche. Os líderes políticos da oposição no exílio voltaram ao país nos dias seguintes. Passada uma semana, o 1º de Maio foi celebrado legalmente nas ruas pela primeira vez em muitos anos. Em Lisboa reuniram-se cerca de um milhão de pessoas.

Portugal passou por um período conturbado que durou cerca de 2 anos, comumente referido como PREC (Processo Revolucionário Em Curso), marcado pela luta entre a esquerda e a direita. Foram nacionalizadas as grandes empresas. Foram igualmente "saneadas" e muitas vezes forçadas ao exílio personalidades que se identificavam com o Estado Novo. No dia 25 de Abril de 1975 realizaram-se as primeiras eleições livres, para a Assembleia Constituinte, que foram ganhas pelo PS. Na sequência dos trabalhos desta assembleia foi elaborada uma nova Constituição, de forte pendor socialista, e estabelecida uma democracia parlamentar de tipo ocidental. A constituição foi aprovada em 1976 pela maioria dos deputados, abstendo-se apenas o CDS.

A guerra colonial acabou e, durante o PREC, as colónias africanas e Timor-Leste tornaram-se independentes.

### **O 25 de Abril visto 33 anos depois**

O 25 de Abril de 1974 continua a dividir a sociedade portuguesa, embora as divisões estejam limitadas aos estratos mais velhos da população que viveram os acontecimentos, às facções políticas dos extremos do espectro político e às pessoas politicamente mais empenhadas. A análise que se segue refere-se apenas às divisões entre estes estratos sociais. Em geral, os jovens não se dividem sobre o 25 de Abril.

Existem actualmente dois pontos de vista dominantes na sociedade portuguesa em relação ao 25 de Abril.

Quase todos, com muito poucas excepções, consideram que o 25 de Abril valeu a pena. Mas as pessoas mais à esquerda do espectro político tendem a pensar que o espírito inicial da revolução se perdeu. O PCP lamenta que a revolução não tenha ido mais longe e que muitas das conquistas da revolução se foram perdendo. As pessoas mais à direita lamentam a forma como a descolonização foi feita e lamentam as nacionalizações

### **História Pós-Independência**

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de Junho de 1975. O primeiro governo, dirigido por Samora Machel, foi formado pela FRELIMO, a organização política que tinha negociado a independência com

Portugal.[editar] As nacionalizações

O mandato deste primeiro governo de Moçambique independente era o de restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais.

Com esse fim, em 24 de Julho de 1975, o governo declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça e, em 1976, das casas de rendimento, ou seja, qualquer moçambicano ou estrangeiro residente passou a ter direito a ser proprietário duma casa para habitação permanente e de uma de férias, mas perdeu o direito a arrendar casas de habitação a outrem. O governo assumiu a gestão das casas que estavam arrendadas nessa altura, formando para isso uma empresa denominada *Administração do Parque Imobiliário do Estado* ou APIE.

Em relação à Saúde, o governo transferiu para as unidades estatais (Ministério e hospitais), o equipamento e pessoal dos consultórios e clínicas privadas e das empresas de funerais. Na Educação, o estado nomeou administradores para as escolas privadas, cujo pessoal passava à responsabilidade do Estado. Muitas das unidades privadas de saúde e educação pertenciam a igrejas cristãs, principalmente à Igreja Católica, e estas nacionalizações, associadas à propaganda oficial socialista e fortemente laica, também considerada como "anti-religiosa", criaram um clima de animosidade entre algumas destas igrejas e seus crentes e o estado (ou a FRELIMO, que era de facto a força política que comandava o estado).

Estas nacionalizações foram a causa próxima para uma vaga de abandono do país de muitos indivíduos que eram proprietários daqueles serviços sociais ou simplesmente se encontravam habituados aos serviços de determinados especialistas ou ao atendimento exclusivo; como esses indivíduos, na maioria portugueses, eram muitas vezes igualmente proprietários de fábricas, barcos de pesca ou outros meios de produção, o governo viu-se obrigado a assumir a gestão dessas unidades de produção. Numa primeira fase, organizou-se, para as unidades mais pequenas, um sistema de *auto-gestão* em que comités de trabalhadores, normalmente organizados pelas células da FRELIMO, também chamadas Grupos Dinamizadores, assumiam a gestão de facto.

Mais tarde, em face da falta de capacidade de gestão e das dificuldades económicas prevaletentes, o governo começou a aglutinar pequenas empresas do mesmo ramo, primeiro em Unidades de Direcção e depois em Empresas Estatais.

### **As Empresas Estatais**

As primeiras **Empresas Estatais** (EE) foram formadas ainda dentro do mesmo espírito de que o Estado deveria assegurar ao Povo os bens de primeira necessidade "livres" da exploração mercantilista. Uma destas empresas foi uma "importação" das zonas libertadas: a EE das Lojas do Povo, uma empresa de grandes supermercados de comércio geral.

Outras EE do ramo comercial foram a PESCOM, que assegurava a importação e distribuição de carapau, que era a base proteica mais facilmente disponível e, mais tarde, da exportação do camarão e outros mariscos das EE de pesca; a ENACOMO que era uma importadora e exportadora de produtos principalmente agrícolas; a MEDIMOC, ainda hoje existente, que assegurava a importação de medicamentos e material hospitalar.

### **A socialização do campo**

Um dos pilares da estratégia de desenvolvimento desenhada pela FRELIMO nos primeiros anos a seguir à Independência foi a **socialização do campo**. Com esta política, o governo pretendia promover o aumento da produção agrícola, uma vez que mais de 80% da população vivia nas zonas rurais, ao mesmo tempo que melhorava as suas condições de vida.

O governo colonial tinha aproveitado as excelentes condições naturais de Moçambique, em termos de clima, solos e água, para fomentar culturas de rendimento, como o algodão, o caju, o chá e outras baseando-se, quer em companhias privadas que detinham a concessão de vastas áreas onde exerciam o monopólio da venda de insumos e da compra dos produtos, quer de instituições estatais (como, por exemplo, o Instituto do Algodão) que apoiavam os agricultores nesses serviços, mas dando prioridade aos colonos portugueses agregados nos colonatos.

O novo governo de Moçambique decidiu que o desenvolvimento agrícola deveria ter como base as cooperativas agrícolas - às quais o governo deveria assegurar o aprovisionamento em sementes e outros insumos e, ao mesmo tempo, a compra da produção de rendimento - com os camponeses organizados em aldeias

comunais, que eram agregados populacionais, onde o governo iria apoiar na construção de infraestruturas sociais, como escolas, centros de saúde e rede viária, mas tendo como base o poder económico das cooperativas e a mão de obra rural.

A organização das cooperativas e mesmo das aldeias comunais não foi difícil, dado o clima de euforia e de organização que se vivia naqueles primeiros anos da independência, mas a acção do estado em termos de aprovisionamento e de compra da produção, e mesmo da organização das infraestruturas sociais, não conseguiu acompanhar o esforço dos camponeses.

Então, no início dos anos 80 – quando o Presidente Samora "decretou" a década de 1981-1990 como a "década da vitória sobre o subdesenvolvimento" – o estado mudou a sua estratégia para a organização de grandes empresas estatais no campo, essa organização tomava a forma de machambas estatais. Pretendia-se com essa estratégia que os camponeses continuassem a produzir a sua base alimentar (dentro da forma de organização dos Bantu é a Mulher que assegura a alimentação da família), enquanto as terras dos antigos colonatos passavam a ser geridas centralmente e a sua produção assegurada com base na mão-de-obra local.

#### *Guerra de desestabilização de Moçambique.*

A **guerra de desestabilização de Moçambique**, também conhecida como "**guerra dos 16 anos**" foi um conflito armado que opôs o exército de Moçambique à Renamo, entre 1976 e 1992, tendo terminado com a assinatura do **Acordo Geral de Paz**.

Imediatamente a seguir à independência, alguns militares (ou ex-militares) portugueses e dissidentes da FRELIMO instalaram-se na Rodésia, que vivia uma situação de "independência unilateral" não reconhecida pela maior parte dos países do mundo. O regime de Ian Smith, já a braços com um movimento interno de resistência que aparentemente tinha algumas bases em Moçambique, aproveitou esses dissidentes para atacar essas bases. De facto, a FRELIMO apoiava esses rebeldes rodesianos e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente aplicar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbúria e fechou as fronteiras com aquele país. A Rodésia dependia em grande parte do corredor da Beira, incluindo a linha de caminhos de ferro, a estrada e o oleoduto que ligavam o porto da Beira àquele país encravado. Embora, a Rodésia tivesse boas relações com o regime sul-africano do apartheid, este fecho das suas fontes de abastecimento foi um duro golpe para o regime rodesiano.

Pouco tempo depois, para além de intensificarem os ataques contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, os rodesianos ofereceram aos dissidentes moçambicanos espaço para formarem um movimento de resistência - a "REsistência NAcional MOçambicana" ou RENAMO - e criarem uma estação de rádio usada para propaganda anti-governamental.

Até 1980, data da independência do Zimbábwe, a RENAMO continuou os seus ataques a aldeias e infraestruturas sociais em Moçambique, semeando minas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com a Rodésia. Estas acções tiveram um enorme papel desestabilizador da economia, uma vez que não só obrigaram o governo a concentrar importantes recursos numa máquina de guerra, mas principalmente porque levaram ao êxodo de muitos milhares de pessoas do campo para as cidades e para os países vizinhos, diminuindo assim a produção agrícola.

Com a independência do Zimbábwe, a RENAMO foi obrigada a mudar a sua base de apoio para a África do Sul, o que conseguiu com muito sucesso, tendo tido amplo apoio das forças armadas sul-africanas. Para além disso, estas forças realizaram vários "raids" terrestres e aéreos contra Maputo, alegadamente para destruir "bases" do ANC. No entanto, o governo de Moçambique, que já tinha secretamente encetado negociações com o governo sul-africano e com a própria RENAMO, assinou em 1983 um acordo de "boa vizinhança" com aquele governo, que ficou conhecido como o Acordo de Nkomati, segundo o qual o governo sul-africano se comprometia a abandonar o apoio militar à RENAMO, enquanto que o governo moçambicano se comprometia a deixar de apoiar os militantes do ANC que se encontravam em Moçambique.

Em 1986, a RENAMO tinha já estabelecido uma base central na Gorongosa e expandido as acções militares para todas as províncias de Moçambique, contando ainda com o apoio do Malawi, cujo governo tinha boas relações com o regime do apartheid. Nesta altura, a RENAMO tinha conseguido alcançar um dos seus objectivos estratégicos que consistiu em obrigar o governo a abandonar a sua política de "socialização do campo" através das aldeias comunais e machambas estatais.



Em vista dos problemas económicos que Moçambique atravessava, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e FMI em 1987, que o obrigaram a abandonar completamente a política "socialista". A guerra, porém, só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma a 4 de Outubro, pelo Presidente da República, Joaquim Chissano e pelo presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, depois de cerca de dois anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização da igreja católica, com apoio do governo italiano.

Nos termos do Acordo, o governo de Moçambique solicitou o apoio da ONU para o desarmamento das tropas beligerantes. A ONUMOZ foi a força internacional que apoiou neste trabalho, que durou cerca de dois anos e que culminou com a formação dum exército unificado e com a organização das primeiras eleições gerais multipartidárias, em 1994.

Apesar da transição para a independência ter sido pacífica, Moçambique não conheceu a Paz durante muitos anos. Imediatamente a seguir à independência, alguns militares (ou ex-militares) portugueses e dissidentes da FRELIMO instalaram-se na Rodésia, que vivia uma situação de "independência unilateral" não reconhecida pela maior parte dos países do mundo. O regime de Ian Smith, já a braços com um movimento interno de resistência que aparentemente tinha algumas bases em Moçambique, aproveitou esses dissidentes para atacar essas bases.

De facto, a FRELIMO apoiava esses rebeldes rodesianos e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente aplicar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbúria e fechou as fronteiras com aquele país. A Rodésia dependia em grande parte do corredor da Beira, incluindo a linha de caminhos de ferro, a estrada e o oleoduto que ligavam o porto da Beira àquele país encravado. Embora, a Rodésia tivesse boas relações com o regime sul-africano do apartheid, este fecho das suas fontes de abastecimento foi um duro golpe para o regime rodesiano.

Pouco tempo depois, para além de intensificarem os ataques contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, os rodesianos ofereceram aos dissidentes moçambicanos espaço para formarem um movimento de resistência – a "RESistência NAcional MOçambicana" ou RENAMO – e criarem uma estação de rádio usada para propaganda anti-governamental.

Até 1980, data da independência do Zimbabwe, a RENAMO continuou os seus ataques a aldeias e infraestruturas sociais em Moçambique, semeando minas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com a Rodésia. Estas acções tiveram um enorme papel destabilizador da economia, uma vez que não só obrigaram o governo a concentrar importantes recursos numa máquina de guerra, mas principalmente porque levaram ao êxodo de muitos milhares de pessoas do campo para as cidades e para os países vizinhos, diminuindo assim a produção agrícola.

Com a independência do Zimbabwe, a RENAMO foi obrigada a mudar a sua base de apoio para a África do Sul, o que conseguiu com muito sucesso, tendo tido amplo apoio das forças armadas sul-africanas. Para além disso, estas forças realizaram vários "raids" terrestres e aéreos contra Maputo, alegadamente para destruir "bases" do ANC. No entanto, o governo de Moçambique, que já tinha secretamente encetado negociações com o governo sul-africano e com a própria RENAMO, assinou em 1983 um acordo de "boa vizinhança" com aquele governo, que ficou conhecido como o Acordo de Nkomati, segundo o qual o governo sul-africano se comprometia a abandonar o apoio militar à RENAMO, enquanto que o governo moçambicano se comprometia a deixar de apoiar os militantes do ANC que se encontravam em Moçambique.

Em 1986, a RENAMO tinha já estabelecido uma base central na Gorongosa e expandido as acções militares para todas as províncias de Moçambique, contando ainda com o apoio do Malawi, cujo governo tinha boas relações com o regime do apartheid. Nesta altura, a RENAMO tinha conseguido alcançar um dos seus objectivos estratégicos que consistiu em obrigar o governo a abandonar a sua política de "socialização do campo" através das aldeias comunais e machambas estatais.

Em vista dos problemas económicos que Moçambique atravessava, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e FMI em 1987, que o obrigaram a abandonar completamente a política "socialista". A guerra, porém, só terminou em 1992 com o **Acordo Geral de Paz**, assinado em Roma a 4 de Outubro, pelo Presidente da República, Joaquim Chissano e pelo presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, depois de cerca de dois anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização da igreja católica, com apoio do

governo italiano.

Nos termos do Acordo, o governo de Moçambique solicitou o apoio da ONU para o desarmamento das tropas beligerantes. A ONUMOZ foi a força internacional que apoiou neste trabalho, que durou cerca de dois anos e que culminou com a formação dum exército unificado e com a organização das primeiras eleições gerais multipartidárias, em 1994.

### **O PRE ou início do neoliberalismo económico**

O PRE ou *Programa de Reestruturação Económica*

### **O Multipartidarismo**

A Constituição de 1990 introduziu no sistema político moçambicano a possibilidade da organização de partidos políticos que poderiam passar a participar na governação do País.

As primeiras eleições multipartidárias realizaram-se em 1994, com a participação de vários partidos. A Frelimo foi o partido mais votado, passando a ter maioria no parlamento e a constituir governo.

## **História da Guiné-Bissau**

A **Guiné-Bissau** é um país localizado na costa ocidental de África, estendendo-se, no litoral, desde o



Cabo Roxo até a ponta Cagete. Faz fronteira, a norte, com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné e a sul e oeste com o Oceano Atlântico. Além do território continental, o país integra ainda cerca de oitenta ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, separado do Continente pelos canais do rio Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

Foi uma colónia de Portugal, desde o século XV até à sua independência em 1974. O primeiro navegador e explorador português a chegar à Guiné-Bissau foi Álvaro Fernandes em 1446. A vila de Bissau foi fundada em 1697, como fortificação militar e entreposto de tráfico negreiro, que mais tarde viria a ser elevada a cidade, e a capital da Guiné-Bissau após sua independência. Faz parte da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Nações Unidas, PALOP e União Africana

A Guiné-Bissau foi em tempos o reino de Gabu, parte do Império do Mali, e partes do reino sobreviveram até ao século XVIII.

Os rios da Guiné e as ilhas de Cabo Verde estiveram dentre as primeiras regiões da África a serem exploradas pelos portugueses. O navegador português Álvaro Fernandes chegou à Guiné em 1446 e reclamou a posse do território, porém, poucas feitorias de comércio foram estabelecidas antes de 1600. A ocupação do território pela Coroa portuguesa só se deu a partir de 1558 com a fundação da vila de Cacheu. E foi criada em 1630 a Capitania-Geral da Guiné Portuguesa para a administração do território. A vila de Bissau foi fundada em 1697, como fortificação militar e entreposto de tráfico negreiro.

Embora os rios e as costas desta área estivessem entre os primeiros locais colonizados pelos portugueses e aí tenham iniciado o tráfico de escravos com a instalação de feitorias no século XVII, não exploraram o interior até ao século XIX.

### **A luta pela independência**

Durante três séculos constituiu a colónia da Guiné Portuguesa. Uma rebelião iniciou-se em 1956, liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundada pelo intelectual cabo-verdiano Amílcar Cabral, que estava no exílio em Conacri. A guerrilha do PAIGC consolidou o seu domínio do território em 1973, mas, no mesmo ano, Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri. A independência chegou com a Revolução dos Cravos portuguesa de 1974, tendo sido antes declarada unilateralmente a 24 de setembro de 1973. A 10 de setembro de 1974, Guiné-Bissau foi a primeira colónia portuguesa na África a ter reconhecida sua independência.

### **O governo de partido único do PAIGC**

O irmão de Amílcar Cabral, Luís de Almeida Cabral, foi empossado como o primeiro presidente da

República da Guiné-Bissau. Instituiu-se um governo de partido único de orientação marxista controlado pelo PAIGC e favorável à fusão com a também ex-colónia de Cabo Verde. O governo de Luís Cabral enfrentou sérias dificuldades que chegaram a provocar a escassez de alimentos no país. Luís Cabral foi deposto em 1980 por um golpe militar liderado pelo general João Bernardo Vieira, chefe de altos quadros do PAIGC. Com o golpe, a ala cabo-verdiana do PAIGC se separa da ala guineense do partido, o que faz malograr o plano de fusão política entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Ambos os países romperam relações, que somente seriam reatadas em 1982.

O país foi controlado por um conselho revolucionário até 1984, ano em que Guiné-Bissau ganhou sua actual Constituição. Nesse período, todas as alas de extrema-esquerda do PAIGC foram dissolvidas.

A transição democrática iniciou-se em 1990. Em maio de 1991, o PAIGC deixou de ser o partido único com a adoção do pluripartidarismo. As primeiras eleições multipartidárias tiveram lugar em 1994. Na ocasião, o PAIGC obteve maioria na Assembléia Nacional Popular e João Bernardo Vieira foi eleito presidente da República.

### **Guerra civil e instabilidade política**

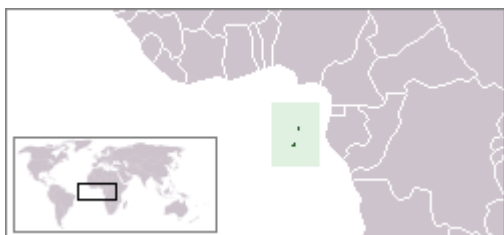
Uma insurreição militar em junho de 1998, liderada pelo general Ansumane Mané, levou à deposição do presidente Vieira e a uma sangrenta guerra civil. Mais de 3 mil estrangeiros fogem do país. O conflito somente se encerrou em maio de 1999, quando Ansumane Mané entregou a presidência provisória do país ao líder do PAIGC, Malam Bacai Sanhá, que convocou eleições gerais.

Em 2000 realizaram-se as eleições e Kumba Yalá, do Partido da Renovação Social (PRS), foi eleito, derrotando Sanhá com 72% dos votos. Yalá formou um governo de coalizão entre o PRS e a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá. Em novembro de 2000 Ansumane Mané foi morto por tropas oficiais em uma fracassada tentativa de golpe.

Em setembro de 2003 teve lugar um novo golpe encabeçado pelo general Veríssimo Correia Seabra, durante o qual os militares prenderam Kumba Yalá por ser "incapaz de resolver os problemas" do país. Henrique Rosa foi colocado como presidente provisório até novas eleições. Em março de 2004 o PAIGC venceu as eleições na Assembléia Nacional ficando com 45 das 100 cadeiras em disputa. O PRS, segundo mais votado, obteve 35 cadeiras. O líder do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, foi indicado como primeiro-ministro. Em outubro de 2005 João Bernardo Vieira foi reconduzido à presidência da Guiné-Bissau.

## **HISTÓRIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**São Tomé e Príncipe** é um estado insular localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas



principais (São Tomé e Príncipe) e várias ilhotas, num total de 964 km<sup>2</sup>, com cerca de 120 mil habitantes. Estado insular, não tem fronteiras terrestres, mas situa-se relativamente próximo das costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria.

As ilhas de **São Tomé e Príncipe** estiveram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar as descobriram. Foi então, uma colónia de Portugal desde o século XV até à sua independência em 1975. É um dos membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

As ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar as descobriram. Os portugueses colonizaram-na com cristãos-novos que tinham sido expulsos pela Inquisição. A cana-de-açúcar foi introduzida nas ilhas no século XV, mas a concorrência brasileira e as constantes rebeliões locais levaram a cultura agrícola ao declínio no século XVII. Assim sendo, a decadência açucareira tornou as ilhas entrepostos de escravos para o Caribe e para o Brasil.



Numa das várias revoltas internas nas ilhas, um escravo chamado Amador, considerado herói nacional, chegou a controlar cerca de dois terços da ilha de São Tomé.

### **A escravatura e o Ciclo do Cacau**

A agricultura só foi estimulada no arquipélago no século XIX, com o cultivo de cacau e café. Nesse período, as ilhas se figuraram dentre os maiores produtores mundiais de cacau. A escravatura foi abolida em 1876, mas ao longo do século XX os portugueses mantiveram os trabalhadores rurais são-tomenses em degradantes condições de trabalho.

Durante estes dois séculos do Ciclo do Cacau, criaram-se estruturas administrativas complexas. Elas compunham-se de vários serviços públicos, tendo a sua frente um *chefe de serviço*. As decisões tomadas por este, tinham de ser sancionadas pelo Governador da Colónia. Este para legislar, auxiliava-se de um *Conselho de Governo* e de uma *Assembleia Legislativa*.

Durante muito tempo o Governador foi o comandante-chefe das forças armadas, até que, com a luta armada nos outros territórios sob a sua dominação, criou-se um *Comando Independente*. Fora da sua alçada, encontrava-se a Direção-Geral de Segurança (DGS).

O Governador deslocava-se periodicamente a Lisboa, para informar o governo colonial e dele trazer instruções.

Na Ilha do Príncipe, em representação do governo havia o Administrador do Concelho com largas atribuições. A colónia achava-se dividida em dois Concelhos, o de São Tomé e o do Príncipe, e em varias freguesias.

Em 1951 o território adquiriu o estatuto de Província Ultramarina portuguesa, sendo feito um esforço de desenvolvimento na agricultura, vias de comunicação e da educação.

### **Independência e transição para a democracia**

Em 1960, por influência do processo de descolonização no continente africano, surgiu um grupo nacionalista opositor ao domínio ditatorial português. Em 1972, o grupo dá origem ao MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), de orientação marxista. O Partido, então conhecido como Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe, foi fundado em 1960 como um grupo nacionalista contrário ao Governo Colonial Português. Em 1961 uniu-se ao CONCP com outros grupos comunistas e socialistas em luta contra o Império Português na África. O CLSTP é organizado no exílio, estabelecendo seu comitê central no Gabão. O Doutor Manuel Pinto da Costa, que mais tarde tornar-se-ia Presidente de um São Tomé and Príncipe independente, era o líder do partido. Em 1972, o CLSTP torna-se MLSTP.

Assim, em 1975, após cerca de 500 anos de controle de Portugal, o arquipélago é descolonizado, como consequência da Revolução dos Cravos em Portugal, um ano antes.

Após a independência, foi implantado um regime socialista de partido único sob a alçada do MLSTP. Dez anos após a independência (1985), inicia-se a abertura econômica do país. Em 1990, iniciou-se a transição para a democracia com a adoção de uma nova Constituição, que institui o pluripartidarismo.

No ano seguinte, as eleições legislativas apresentam o PCD-GR (Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão) como grande vencedor, ao conquistar a maioria das cadeiras. A eleição para presidente contou com a participação de Miguel dos Anjos Trovoada, ex-primeiro ministro do país que estava exilado desde 1978. Sem adversários, Trovoada foi eleito para o cargo. Em 1995, é instituído um governo local na ilha do Príncipe, com a participação de cinco membros. Nas eleições parlamentares de 1998, o MLSTP incorpora em seu nome PSD (Partido Social Democrata) e conquista a maioria no Parlamento, o que tornou possível ao partido indicar o primeiro-ministro.

## **HISTÓRIA DE CABO VERDE**



**Cabo Verde** é um país africano arquipelágico, constituído por dez ilhas. Está localizado no Oceano Atlântico, a 640 km a oeste de Daquir, Senegal. Outros vizinhos são a Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné-Bissau, ou seja, todos na faixa costeira ocidental da África que vai do Cabo Branco às ilhas Bijagós.

Foi descoberto em 1460 por Diogo Gomes ao serviço da coroa portuguesa, que encontrou as ilhas desabitadas e

aparentemente sem indícios de anterior presença humana. Foi colónia de Portugal desde o século XV até sua independência em 1975. É um arquipélago de origem vulcânica.

**Cabo Verde** foi uma antiga colónia portuguesa, tornou-se um país independente em 1975 e hoje é uma república.

As ilhas foram descobertas em 1460 pelos portugueses que as encontraram desabitadas. Começaram a colonizá-las por meio de capitânicas hereditárias dois anos mais tarde, ao trazerem escravos africanos para plantar algodão, árvores de fruto e cana de açúcar. Com a prosperidade, vieram piratas franceses, holandeses e ingleses que atacaram as ilhas inúmeras vezes durante os séculos seguintes.

Até meados do século XIX, Cabo Verde foi um importante entreposto no tráfico de escravos para os Estados Unidos da América, o Caribe e o Brasil. Com a abolição do tráfico de escravos em 1867, o interesse comercial do arquipélago decresceu, só voltando a ter importância a partir da metade do século XX.

Com a decadência económica e as constantes secas no árido solo do arquipélago, a emigração populacional da colónia de Cabo Verde tornou-se maciça desde o início do século XX.

Amílcar Cabral, num selo da ex-RDA



### **A luta pela independência**

A partir da década de 1950, com o surgimento dos movimentos de independência dos povos africanos, a colónia do Cabo Verde se vincula à luta pela libertação da Guiné Portuguesa (actual Guiné-Bissau). Em 1956 o intelectual cabo-verdiano Amílcar Cabral fundou no exílio em Conacri o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Amílcar Cabral morreu assassinado em 1973.

### **O governo de partido único**

Graças à Revolução dos Cravos que em 1974 depôs a ditadura em Portugal, Cabo Verde obtém a independência em 5 de julho de 1975. Cabo Verde e Guiné-Bissau formaram países separados e governados pelo mesmo partido único de orientação marxista, o PAIGC. O líder do partido em Cabo Verde, Aristides Pereira, foi empossado como o primeiro presidente do novo país.

O plano de unificação política de Cabo Verde com a Guiné-Bissau fracassou em 1980, devido ao golpe militar naquele país que depôs o presidente Luís de Almeida Cabral - irmão de Amílcar Cabral. A ala cabo-verdiana do PAIGC se rompe com a da Guiné-Bissau e passa a se chamar Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). As relações diplomáticas com Guiné-Bissau foram rompidas logo em seguida, mas seriam reatadas dois anos mais tarde.

### **A transição democrática**

Em 1990 começou a transição democrática com o fim do regime de partido único. Antes, o PAICV renunciara às idéias marxistas. Em 1992 o país ganhou uma Constituição democrática.

Nas eleições parlamentares de 2001, o PAICV obteve 40 das 72 cadeiras da Assembléia Nacional. O líder do partido, José Maria Neves foi indicado como primeiro-ministro. Em eleição presidencial muito acirrada, Pedro Pires, do PAICV, derrotou Carlos Veiga, do Movimento para a Democracia, com uma diferença de apenas 17 votos para um eleitorado de mais de 151 mil pessoas